

Estudo Técnico Preliminar 15/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 08320.002906/2024-33

2. Descrição da necessidade

A necessidade da contratação de empresa especializada em engenharia para **EXECUÇÃO DE FUNDAÇÃO**, visando **possibilitar a Instalação de Guarita Blindada recentemente adquirida**, foi previamente justificada no item 3 do **Documento de Formalização da Demanda nº 35563439/2024-GETED/SELOG/SR/PF/MT (35563439)**, conforme exposto a seguir:

"A construção da base é necessária para a instalação da guarita blindada adquirida no processo: 08320.006373/2023-88."

Assim sendo, a construção da fundação é **indispensável** para **viabilizar a instalação e utilização** da **Guarita Blindada recentemente adquirida, na edificação da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso - SR/PF/MT**.

As justificativas para aquisição do equipamento foram elencadas no processo de sua aquisição:

"As condições da Guarita que estava sendo utilizada na entrada principal dos veículos na SR/PF/MT não era compatível com as necessidades de uso e de segurança da edificação. Além da defasagem estética e do desgaste em razão dos anos de uso, diversos outros problemas também foram notados naquele equipamento:

- *Segurança / Resistência a Impactos Limitada: Embora a fibra de vidro apresente certa resistência, não é tão robusta quanto alguns materiais mais pesados, como o aço. Em casos de ataques físicos intensos, com uso de arma de fogo, a guarita de fibra de vidro não oferecer a proteção necessária aos vigilantes;*
- *Isolamento Acústico Limitado: a entrada principal da unidade fica localizada próxima aos motores da Central de Água Gelada - CAG, local que possui grande poluição sonora.*
- *Ausência de banheiro;*
- *Ausência de espaço para os vigilantes realizarem suas refeições;*
- *Ausência de espaço para instalação de equipamentos de segurança.*

Dos problemas relatados acima, o mais crítico é o primeiro. A segurança deve ser uma prioridade nas instituições policiais. Essas instituições devem demandar, cada vez mais, medidas mais efetivas para garantir a segurança e a integridade de suas edificações, de seus agentes e de seus colaboradores e usuários.

A guarita deverá ser projetada para permitir uma visão ampla e panorâmica de toda área, possibilitando um monitoramento mais detalhado dos arredores, melhorando a consciência situacional e a capacidade de resposta em caso de eventos inesperados.

Assim, a aquisição de uma guarita blindada elevada (com WC) para a SR/PF/MT, se justifica pela necessidade de fortalecer as medidas de segurança orgânica da unidade, de forma a possibilitar uma melhor resposta no caso de eventual ameaça externa"

Dessa forma, a execução da fundação que possibilitará a instalação da nova guarita, é de extrema importância para que se possa fortalecer a segurança orgânica da SR/PF/MT.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTED/SELOG/SR/PF/MT	MÁRCIO DOS SANTOS PINA SILVA SILVA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para atender a necessidade da Administração, que é a **EXECUÇÃO DE FUNDAÇÃO, visando possibilitar a Instalação de uma Guarita Blindada, na entrada principal de veículos, da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso - SR/PF/MT**, conforme será previsto no Projeto Básico e seus anexos, faz-se necessária a contratação de empresa especializada em engenharia ou arquitetura, com qualificação técnica adequada e experiência prévia na execução de obras semelhantes.

A empresa contratada deverá observar todas as normas brasileiras relativas a obras civis, em especial, as:

NBR 5354/1977: estipula condições para instalações elétricas prediais;

NBR 5626/1988: está relacionada à hidráulica e diz respeito às instalações prediais de água fria;

NBR 5688/1999: também relacionada à hidráulica, esta NBR versa sobre o sistema predial de água pluvial, esgoto sanitário e ventilação;

NBR 6118/2014: refere-se aos projetos de estruturas de concreto;

NBR 6122/1996: diz respeito ao projeto e à execução de fundações;

NBR 7678/1983: oferece orientações para garantir a segurança dos trabalhadores em obras;

NBR 8953/2015: estabelece a classificação pela massa específica, por grupos de resistência e consistência de concreto para fins estruturais;

Os serviços deverão ser supervisionados por profissionais da Contratada, devidamente habilitados nos respectivos Conselhos Profissionais. Faz-se necessário que a fiscalização técnica do contrato seja realizada por servidores com formação em engenharia civil, de modo que estes certifiquem que as especificações dos serviços e materiais sejam devidamente atendidas. Atenção especial também deverá ser dada aos prazos e cronogramas previstos, tanto do ponto de vista técnico, quanto do ponto de vista administrativo

O contrato deverá observar as normas previstas na **IN n. 05/2017-MPDG/SEGES**, uma vez que este é o regramento que melhor se adequa às necessidades de gerenciamento contratual dentro da Administração Pública.

É ainda, requisito para a correta e célere finalização da contratação, que a gestão do contrato providencie, nos termos da **IN n. 05/2017-MPDG/SEGES**, o recebimento definitivo do objeto contratual no tempo previsto na legislação vigente, cabendo à equipe de fiscalização o recebimento provisório do objeto, sem pendências.

Natureza da Contratação:

O objeto a ser contratado constitui um **serviço de natureza não continuada, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra**. Trata-se de obra a ser executada por período pré-determinado, que poderá ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

Duração Inicial do Contrato:

O **contrato terá duração inicial de 90 (noventa) dias**, podendo ser prorrogável de acordo com a Lei de Licitações. Estima-se, conforme cronograma físico-financeiro produzido, que o **prazo para execução da obra seja de 15 (quinze) dias**.

Sustentabilidade:

A empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 08 de outubro de 2003;

Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

Realizar programa interno de treinamento de seus empregados para redução do consumo de energia elétrica, redução do consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Transição Contratual:

Não se aplica ao contexto desta contratação.

Relevância dos requisitos estipulados:

A solução de serviços cuja contratação se pretende, no caso de obras e serviços de engenharia com valor inferior à R\$ 119.812,02. Portanto, a seleção da empresa que prestará o serviço à Polícia Federal se dará por meio de Dispensa de licitação. (Vide Decreto nº 11.871/2023 que atualiza os valores do inciso I, do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021).

A responsabilidade pela execução dos projetos será dos profissionais e empresas legalmente habilitadas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) local, ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) local.

Os executores serão responsáveis pelo fiel cumprimento das normas técnicas relativas as disciplinas de cada projeto e pela assinatura da documentação pertinente (Estudos Preliminares, anteprojetos, projetos executivos completos, orçamentos, cronogramas físico-financeiros; ARTs no CREA ou dos RRTs no CAU, nos termos da Lei nº 6.496/1977 e da Lei nº 12.378 /2010), quando necessário.

A execução deverá respeitar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas, e em total conformidade com as normas técnicas devidas.

A empresa contratada responderá pelos vícios e imperfeições eventualmente constatados até o prazo previsto no Código Civil.

Se houver necessidade, o responsável pelos projetos deverá providenciar as devidas aprovações/autorizações junto aos órgãos competentes, tais como: Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiros, concessionárias de serviços públicos (energia, telefonia, saneamento, etc.), entidades de proteção sanitária e do meio ambiente.

5. Levantamento de Mercado

Optou-se pela utilização da **Dispensa de Licitação** para a contratação em tela, sendo este o modelo licitatório que melhor atende as necessidades, pois trata-se de obras e serviços de engenharia **com valor inferior à R\$ 119.812,02**. (Vide Decreto nº 11.871 /2023 que atualiza os valores do inciso I, do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021).

A fim de orientar a Superintendência de Polícia Federal em Mato Grosso, na tomada de decisão durante o processo de contratação, buscou-se identificar empresas que ofereçam soluções eficientes, seguras e que atendam aos requisitos técnicos estabelecidos esse estudo técnico preliminar.

Foram identificadas as seguintes empresas que atuam na prestação de serviços comuns de engenharia:

EMPRESA	CONTATO	ORÇAMENTO

E-tech Engenharia e Sistemas Construtivos Ltda	(65) 9 8135-2021 etechconstrutora@gmail.com	Enviado
Futura Projetos & Construções	(65) 9 9936-0715 atendimento@futuraprojetoseconstrucoes.com.br	Não Enviado
Lotufo Engenharia e Construções Ltda	(65) 9 8172-0031 edvaldo.siqueira@lotufoengenharia.com.br	Não Enviado
Repar Engenharia Eireli-Me	(65) 9 9243-0727 rodrigo@reparengenharia.com	Enviado
Tavares Terraplanagem e Construção Civil	(65) 9 9924-3886 escavasolo@hotmail.com	Enviado
Yanagawa Construtora	(65) 9 9988-4699 contato@construtorayanagawa.com.br	Não Enviado

Com base neste levantamento de mercado, será realizada uma análise detalhada das propostas apresentadas por cada empresa, considerando tanto os aspectos técnicos, quanto os custos associados. A seleção do fornecedor ideal deverá ser pautada na garantia da segurança, durabilidade e eficiência.

6. Descrição da solução como um todo

Consiste na contratação de pessoa jurídica de direito privado, atuante na área de engenharia ou arquitetura, para **EXECUÇÃO DE FUNDAÇÃO, visando possibilitar a Instalação de uma Guarita Blindada**, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de modo a atender as necessidades do órgão em relação a espaço físico adequado para os usuários das edificações e em conformidade com as legislações vigentes

Como requisito necessário para o atendimento da necessidade, na execução dos serviços previstos na obra, a Contratada deverá dispor de materiais, mão de obra e equipamentos necessários para a correta e completa execução do objeto.

As especificações técnicas e demais informações serão o tratadas no Projeto Básico e seus anexos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Item	Código	Banco	Descrição	Unid.	Quant.
1			ADMINISTRAÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1	90778	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	30

1.2	94295	SINAPI	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	0,5
1.3	99059	SINAPI	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES. AF_03/2024	M	22
2			ESCAVAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE TERRA		
2.1	5678	SINAPI	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,26 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.674 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	7
2.2	96035	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - CHP DIURNO. AF_02/2017	CHP	7
2.3	97083	SINAPI	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2021	m²	120
3			RADIER		
3.1	96520	SINAPI	ESCAVAÇÃO MECANIZADA PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA COM RETROESCAVADEIRA (SEM ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	m³	7
3.2	43055	SINAPI	ACO CA-50, 12,5 MM OU 16,0 MM, VERGALHAO	KG	330
3.3	104920	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	330
3.4	97103	SINAPI	EXECUÇÃO DE RADIER, ESPESSURA DE 20 CM, FCK = 30 MPA, COM USO DE FORMAS EM MADEIRA SERRADA. AF_09/2021	m²	18
3.5	97096	SINAPI	CONCRETAGEM DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, FCK 30 MPA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_09/2021	m³	7
3.6	97902	SINAPI	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M PARA REDE DE ESGOTO. AF_12/2020	UN	1
3.7	97888	SINAPI	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M. AF_12/2020	UN	1
4			MURETA		

4.1	94265	SINAPI	GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 15 CM BASE X 30 CM ALTURA. AF_01/2024	M	11
5			BRITA ESTACIONAMENTO		
5.1	100324	SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1 E PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF_01/2024	m³	5
6			DRENAGEM		
6.1	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	m³	1
6.2	102989	SINAPI	CANALETA MEIA CANA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO (D = 20 CM) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	M	25
7			MATERIAL HIDRAULICO E ELETRICO		
7.1	91929	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	120
7.2	91845	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	130
7.3	89356	SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	20
7.4	89362	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	6
7.5	89395	SINAPI	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	1
7.6	89712	SINAPI	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	6
7.6	72545	SINAPI	CURVA PVC LONGA 90° ESGOTO 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1
7.8	72546	SINAPI	CURVA PVC LONGA 45° ESGOTO 50MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1
7.9	89714	SINAPI	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	12
7.10	72542	SINAPI	CURVA PVC LONGA 90° ESGOTO 100MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2

7.11	104345	SINAPI	JUNÇÃO DE REDUÇÃO INVERTIDA, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	1
8			GRAMADO		
8.1	103946	SINAPI	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF_05/2022	m²	110

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 51.866,87

Estima-se, de acordo com o orçamento realizado, com base nas composições da tabela SINAPI, que o valor total da obra será de **R\$ 51.866,87** (Cinquenta e Um Mil e Oitocentos e Sessenta e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos), já incluso o valor do BDI.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O art. 47, da Lei 14.133, dispõe que: "*As licitações de serviços atenderão aos princípios: II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.*".

O parcelamento deverá ser técnica e economicamente viável: o parcelamento do objeto da presente licitação se mostra técnica e economicamente **inviável**, pois se trata de uma obra pequena e de serviços correlacionados.

O parcelamento deverá gerar o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade: os serviços pretendidos juntamente com os respectivos materiais fazem parte do mesmo segmento de mercado e o não parcelamento, não implica em restrição de competitividade.

O parcelamento não poderá acarretar em perda de escala: o parcelamento do objeto, em razão de se tratar da execução de um serviço/obra de pequeno vulto, poderia acarretar em perda de escala.

Com base nas justificativas acima, os Integrantes Técnicos da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) entendem que não será possível parcelar o objeto desta contratação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Contratação de empresa especializada, visando o fornecimento e a instalação, na entrada principal do estacionamento da Superintendência Regional da Polícia Federal em Mato Grosso - SR/PF/MT, de uma Guarita Blindada Elevada (com WC). Processo (08320.006373/2023-88).

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A pretendida contratação vai ao encontro das diretrizes traçadas no Mapa Estratégico 2022 e 2023 da Polícia Federal, aprovado pela RESOLUÇÃO CGPF/PF Nº 06, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022, contribuindo para que se atinjam o seguinte fator crítico de sucesso:

2.6.1. Ação Estratégica: Otimizar a Gestão das Obras e da Infraestrutura: Otimizar o uso das instalações e modernizar a infraestrutura, bem como uniformizar, sistematizar e implementar mecanismos de gestão de obras aprimorando, formalizando e padronizando procedimentos, técnicas e metodologias de manutenção e fiscalização.

Portanto, a contratação pretendida abrange aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Trata-se de obra para possibilitar a instalação de nova Guarita Blindada na entrada principal do estacionamento da SR/PF/MT, melhorando consideravelmente a segurança orgânica da unidade.

A substituição da guarita visa ainda, garantir melhores condições de trabalho, segurança, salubridade e maior conforto aos vigilantes.

O resultado esperado é a obtenção de uma melhor segurança orgânica na unidade.

13. Providências a serem Adotadas

Necessidade de capacitação de servidores para atuarem na fiscalização:

Caso não haja servidor capacitado para a fiscalização da execução dos serviços nas unidades da PF em MT, deverão ser recrutado servidor de outras unidades para tal fim.

Mapa de Riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram em tempo:

Mapa de riscos deverá ser anexado ao processo

14. Possíveis Impactos Ambientais

A construção civil é um dos setores que podem causar diversos **impactos ambientais**, que vão desde o consumo de recursos naturais destinados à produção de insumos para o canteiro de obras, passando por mudanças de solo, áreas de sol e vegetação, até os reflexos no aumento no gasto de energia elétrica, por exemplo.

Neste contexto, durante a execução da obra os seguintes impactos ambientais poderão ser gerados:

Geração de resíduos:

Por se tratar de uma obra de construção civil, onde serão empregados diversos tipos de materiais e com construção onde há métodos manuais (ação humana), existe a Geração de Resíduos da Construção Civil.

A norma NBR 10.004, divide os resíduos em duas classes:

- Classe I – resíduos perigosos;
- Classe II - resíduos não perigosos.

Como forma de amenizar os impactos ambientais, é primordial a elaboração e implantação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, em que haverá a destinação correta de cada tipo de resíduo gerado na obra.

Ruídos (poluição sonora):

Impactos sonoros podem ser nitidamente percebidos durante as obras.

É importante observar o **Plano Diretor** da cidade, visando entender as limitações de cada tipo de construção e seus impactos ambientais locais.

Aumento do consumo de energia

Durante a execução da obra poderá haver um consumo alto de energia com a utilização de equipamentos necessários à execução.

A utilização de equipamentos modernos e com alta eficiência podem amenizar este problema, além de uma gestão adequada da utilização de equipamentos elétricos no canteiro de obras.

Desperdício de água

Antes mesmo das obras ficarem prontas, é comum que haja um grande uso de água para diversos serviços, como a limpeza do canteiro, que comumente tem muita poeira e sujeira, e até para o cuidado com a saúde dos trabalhadores.

Mudanças em depósitos hídricos naturais

Devido a localização da obra onde existe a ocorrência de pedra a poucos metros da superfície, a obra pode afetar os lençóis aquáticos ou até a impermeabilização do solo. É importante que o projeto preveja soluções de modo a não impermeabilizar o solo, nem causar grandes mudanças no lençol freático local.

Poluição do solo

Por se tratar de obra de engenharia onde existe o depósito temporário de materiais, pode ocorrer a poluição do solo caso os mesmos sejam armazenados de forma inadequada. É importante existir um plano de armazenamento de materiais na obra durante toda a sua execução como forma de amenizar ou anular este impacto ambiental.

À Contratada será imposto, onde se mostrar necessário, mediante cláusula de obrigações a constar no Projeto Básico:

Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

florestas plantadas; e

outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

Apresentar cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;

Apresentar documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

15.3.4.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

15.3.4.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

15.3.4.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

15.3.4.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG, em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e ao objeto da contratação, bem como ao devido atendimento às demandas de negócio formuladas.

Além disso, os benefícios pretendidos são adequados; os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade; os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

Conforme a demanda exposta no Documento de Formalização da Demanda GTED/SELOG/SR/PF/MT (35563439) e também conforme as soluções estudadas neste documento, a contratação da solução mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCIO DOS SANTOS PINA SILVA

Agente de Polícia Federal



Assinou eletronicamente em 20/06/2024 às 11:56:53.

LUIZ AUGUSTO FERREIRA DA SILVA

Agente de Policia Federal